



17/05/2023

Número: **0718509-63.2023.8.07.0000**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Conselho Especial**

Órgão julgador: **Gabinete do Des. Silvanio Barbosa dos Santos**

Última distribuição : **15/05/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Prescrição e Decadência, Liminar**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
<b>NILSON MARTORELLI (IMPETRANTE)</b>	
	<b>OTAVIO BATISTA ARANTES DE MELLO (ADVOGADO)</b> <b>CARLA BETINI DE OLIVEIRA (ADVOGADO)</b>
<b>PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (IMPETRADO)</b>	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
46758685	17/05/2023 10:06	<a href="#">Decisão</a>	Decisão

ÓRGÃO: CONSELHO ESPECIAL

CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

Nº PROCESSO: 0718509-63.2023.8.07.0000

IMPETRANTE: NILSON MARTORELLI

RELATOR: DESEMBARGADOR SILVANO BARBOSA DOS SANTOS

**Vistos etc.**

1. Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por **NILSON MARTORELLI**, onde se apontou, como autoridades coatoras, o PRESIDENTE e OS CONSELHEIROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL e, como ilegal, a decisão n. 1053/2023, do Plenário do Tribunal de Contas, a qual recebeu petição do impetrante para o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva e de ressarcimento de prejuízo, como pedido de reexame, sem efeito suspensivo, nos termos do artigo 286, *caput* e parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Afirmou o impetrante que vigoram as Decisões n. 2969/2022 e n. 1410/2020 daquela Corte de Contas, as quais ratificaram a imputação, ao impetrante e outros corresponsáveis, de suposta prática de ato de gestão antieconômica caracterizado pela utilização de solução mais onerosa e sem respaldo em justificativas técnicas aceitáveis, na execução de obras do Autódromo Nelson Piquet, pela empresa Basevi Construções Ltda., o que teria ocasionado um prejuízo de R\$ 1.474.467,59 (atualizado até 2014). Dessa forma, o impetrante estaria sujeito aos efeitos executórios das referidas decisões.

Destacou que o prazo prescricional de cinco anos, previsto no artigo 1º da Lei n. 9.873/1999, se iniciou com a instauração do processo administrativo n. 7193/2015, pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, em 16-março-2015, mediante Representação n. 13/2015, da Segunda Procuradoria do Ministério Público junto ao TCDF, onde foi requerida a fiscalização do procedimento que redundou no atraso das obras realizadas na pista do Autódromo Nelson Piquet.

Relatou que a Decisão n. 2507/2017, de 30-maio-2017, julgou parcialmente procedente a citada representação e determinou a audiência do ora impetrante e de outros supostos corresponsáveis indicados, para apresentarem suas razões de justificativa. Assevera que o prazo prescricional foi interrompido em 12-junho-2017, pela notificação do impetrante e, a defesa técnica foi apresentada, em 19-janeiro-2018, após dois pedidos de prorrogação do prazo, mas o processo ficou paralisado no Tribunal por quase três anos, sem julgamento. Somente em 6-maio-2020, por meio da Decisão n. 1410/2020, é que o Tribunal apreciou as justificativas apresentadas e as julgou improcedentes no tocante os itens “III-a” e “III-b” da Decisão n. 2507/2017. Na referida decisão, o TCDF aplicou multa no valor de R\$ 10.000,00 a todos os responsáveis e



ordenou a instauração de tomadas de contas especial pelo prejuízo de R\$ 1.474.467,59 (atualizado até 2014). O impetrante apresentou suas alegações de defesa na tomada de contas especial, em 19-outubro-2020. Em 27-julho-2022, a Decisão n. 2969/2022 se limitou a apreciar os recursos dos demais corresponsáveis, mas não analisou a sua, nem julgou a tomada de contas especial, razão pela qual o impetrante não sabe se foi condenado a ressarcir o prejuízo mencionado, ou não. Ausente condenação recorrível em sede de tomadas de contas, portanto, a Decisão n. 2969/2020 não pode ser considerada causa de interrupção do prazo prescricional, nos termos do artigo 2º, inciso III, da Lei n. 9.873/99, aplicável no âmbito da Corte Distrital de Contas.

Em 5-abril-2022, o impetrante protocolou petição para o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva e de ressarcimento, a qual foi interrompida e começou novamente a correr a partir de 12-junho-2017, ultimando-se o lustro prescricional em 12-junho-2022. Todavia, a petição foi recebida como pedido de reexame sem efeito suspensivo, consoante a Decisão n. 1053/2023, prolatada em 15-março-2023, sujeitando o impetrante às medidas de execução das Decisões n. 2969/2022 e 1410/2020.

Pleiteou **medida liminar** para determinar o trancamento do Processo n. 7193/2015 em curso no Tribunal de Contas do Distrito Federal, e sustar os efeitos das Decisões n. 2505/2017 e n. 1053/2023.

No mérito, pleiteou a concessão da segurança para reconhecer a fluência da prescrição quinquenal, independentemente da apreciação do pedido de reexame na esfera administrativa.

#### **É o relatório. Decido.**

Destaque-se, inicialmente, que o impetrante apontou, como autoridades coatoras, todos os Conselheiros do TCDF, tendo em vista o ato indicado como ilegal se tratar de decisão proferida pelo Plenário da Corte de Contas. Ocorre que as decisões colegiadas tomadas pelo Plenário são decisões do próprio Tribunal. Portanto, excluem-se como possíveis autoridades coatoras os Conselheiros do TCDF, devendo figurar como tal somente o Presidente do TCDF.

Nesse sentido, os seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO CONSELHO SUPERIOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA. AUTORIDADE COATORA. PRESIDENTE DO ÓRGÃO COLEGIADO.**

**1. O Presidente do órgão colegiado, por ser representante externo do órgão que preside, tem legitimidade passiva para responder em juízo pelas decisões do órgão colegiado. Precedentes.**

**2. Agravo regimental improvido e não conhecido o pedido incidental da parte agravada.**

(AgRg no RMS n. 22.576/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 17/12/2015, DJe de 16/2/2016.)

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROFESSOR. APOSENTADORIA. REGISTRO NEGADO PELA CORTE DE CONTAS. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DO PRÓPRIO TRIBUNAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA.**

**1. Esta Corte Superior consolidou que, em se tratando de ato coator emanado de órgão colegiado, seu Presidente é o legitimado para figurar no pólo passivo do mandado de segurança.**

**2. Agravo regimental improvido.**

(AgRg no RMS n. 19.333/RS, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 13/10/2015, DJe de 3/11/2015.)

Admito a impetração e registre-se competir a este Conselho Especial processar e julgar originariamente mandado de segurança contra o Presidente do TCDF, conforme artigo 13, inciso I, alínea “c”, do RITJDFT.



A tempestividade do mandado de segurança também pode ser aferida pela comunicação, ao impetrante, da decisão impugnada, em 21-março-2023 (ID 46697301).

A concessão de medida liminar em sede de mandado de segurança pressupõe a plausibilidade do direito alegado e o risco associado à demora no julgamento do pedido.

No caso, afirmou o impetrante que o perigo da demora consiste na possibilidade de condenação do impetrante e execução das medidas de ressarcimento do prejuízo ao erário, porém decorrentes de fato prescrito.

A prescrição é matéria de ordem pública de grande importância, pois denota a inércia da autoridade em promover os atos que impulsionam o processo administrativo de forma eficiente e em respeito às garantias do devido processo legal, ampla defesa, contraditório e razoável duração do processo.

Além disso, o Supremo Tribunal Federal discute a imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário, por vezes afirmando a prescritibilidade dos ilícitos na esfera cível, a teor dos temas de Repercussão Geral trazidos pelo impetrante na fundamentação do *writ* (897 e 899).

O impetrante, inclusive, colacionou precedente do Supremo Tribunal Federal, no qual a segurança foi concedida sob o fundamento de que se sujeitam à prescrição as pretensões punitivas e de ressarcimento ao erário decorrentes de julgamento pelo Tribunal de Contas. Confira-se:

**EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PRESCRIÇÃO DAS PRETENSÕES PUNITIVA E DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO: CARACTERIZAÇÃO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.**

(MS 38288 AgR, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 08/08/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-157 DIVULG 08-08-2022 PUBLIC 09-08-2022).

No mesmo sentido:

**Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. PRETENSÃO PUNITIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. OBSERVÂNCIA DA LEI 9.873/1999. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – A prescrição da pretensão punitiva do Tribunal de Contas da União é regulada integralmente pela Lei 9.873/1999. II – A aplicabilidade de sanções administrativas pelo TCU sofre os efeitos fulminantes da passagem de tempo, de acordo com os prazos previstos em lei, ressalvada a possibilidade de o Poder Público buscar, na esfera judicial, o ressarcimento de valores decorrentes de ilegalidade de despesa ou de irregularidade de contas. III – Agravo regimental a que se nega provimento.**

(MS 36054 AgR, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 09/11/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-244 DIVULG 10-12-2021 PUBLIC 13-12-2021).

Assim, ao menos em análise preliminar, verifica-se a plausibilidade das alegações a amparar o deferimento, em parte, do pedido liminar, apenas para suspender a tramitação do processo administrativo correspondente (**não o seu trancamento**) e sustar a eficácia das decisões impugnadas em relação ao impetrante, de modo que não haja dano iminente e de difícil reparação ao direito líquido e certo invocado durante o julgamento do presente *mandamus*.

Ademais, o deferimento do pedido liminar para suspender a tramitação do processo administrativo e das decisões mencionadas pelo impetrante, não acarreta a irreversibilidade do provimento, mas apenas afasta a execução de atos de constrição e expropriação do patrimônio do impetrante sem justa causa e sob relevante fundamento, em face da possibilidade de prescrição da pretensão punitiva e do dever de ressarcimento do



prejuízo ao erário.

**DIANTE DO EXPOSTO, defiro parcialmente a liminar** pleiteada para suspender a tramitação do processo n. 7193/2015 e sustar os efeitos das Decisões n. 2969/2022, n. 1410/2020 e n. 1053/2023 em relação ao impetrante, até o julgamento definitivo deste mandado de segurança, nos termos do artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.016/2009 e artigo 226, inciso II, do RITJDFT.

2. Excluo os Conselheiros do TCDF do rol de autoridades indicadas como coatoras, devendo remanescer somente o Presidente do TCDF;

3. Intime-se e notifique-se a autoridade coatora, na forma do artigo 7º, inciso I, da Lei Federal nº 12.016/2009, e artigo 227, inciso I, RITJDFT.

4. Após, dê-se vista à douta a Procuradoria Geral Distrito Federal, nos termos do Art. 7º, inciso II, da Lei nº 12.016/2009, e artigo 227, inciso II, RITJDFT.

5. Em seguida, remetam-se os autos à douta Procuradoria de Justiça.

Int.

Brasília, 16 de maio de 2023.

SILVANO BARBOSA DOS SANTOS - Relator

